STJ00108602

Claudio Carneiro

Curso de Direito TRIBUTÁRIO E FINANCEIRO

8ª edição

2019

saraiva jur

STJ00108602

ISBN 978-85-53604-69-2

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057

Carneiro, Claudio

Curso de direito tributário e financeiro / Claudio Carneiro. – 8. ed. – São Paulo : Saraiva Educação, 2019.

1. Direito tributário 2. Direito tributário - Brasil I. Título.

18-1494 CDU 34:336.2(81)

Índice para catálogo sistemático:
1. Brasil : Direito tributário 34:336.2(81)

SOMOS EDUCAÇÃO | saraiva

Av. das Nações Unidas, 7.221, 1º andar, Setor B
Pinheiros – São Paulo – SP – CEP 05425-902

SAC | 0800-0117875
De 2ª a 6ª, das 8h às 18h
www.editorasaraiva.com.br/contato

Direção executiva Flávia Alves Bravin
Direção editorial Renata Pascual Müller
Gerência editorial Roberto Navarro

Consultoria acadêmica Murilo Angeli Dias dos Santos

Edição Eveline Gonçalves Denardi (coord.)
Iris Ferrão

Produção editorial Ana Cristina Garcia (coord.)
Luciana Cordeiro Shirakawa
Rosana Peroni Fazolari

Arte e digital Mônica Landi (coord.)
Claudirene de Moura Santos Silva
Fernanda Matajs
Guilherme H. M. Salvador
Tiago Dela Rosa
Verônica Pivisan Reis

Planejamento e processos Clarissa Boraschi Maria (coord.)
Juliana Bojczuk Fermino
Kelli Priscila Pinto
Marília Cordeiro
Fernando Penteado
Mônica Gonçalves Dias
Tatiana dos Santos Romão

Novos projetos Fernando Alves

Diagramação Designios Editoriais
Revisão Caio Cobucci
Silvana Cobucci
Capa Tiago Dela Rosa

Produção gráfica Marli Rampim
Sergio Luiz Pereira Lopes
Impressão e acabamento Gráfica Paym

Data de fechamento da edição: 14-12-2018

Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Saraiva. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 605349 CAE 630758

STJ00108602

Sumário

Prefácio 29
Apresentação 31
Nota à 8ª Edição 33
Nota à 7ª Edição 35
Nota à 2ª Edição 37

Capítulo 1 Direito Financeiro 39

1.1 Principais Aspectos sobre Finanças Públicas 39
1.1.1 A Ciência das Finanças e o Direito Financeiro 41
1.1.2 Autonomia e Codificação do Direito Financeiro 44
1.1.3 Finalidades da Atividade Financeira 46
1.1.4 Aspectos Constitucionais e Infraconstitucionais do Direito Financeiro 48
1.2 Principais Aspectos sobre a Receita Pública 51
1.2.1 Distinção entre Ingresso e Receita 51
1.2.2 Classificação das Receitas 51
1.2.2.1 Receitas Ordinárias e Extraordinárias 51
1.2.2.2 Receitas Originárias e Derivadas 52
1.2.2.3 Receita Corrente e de Capital 52
1.2.3 Estágios da Receita Pública 53
1.2.4 Renúncia de Receita 53
1.3 Principais Aspectos sobre a Despesa Pública 55
1.3.1 Classificação das Despesas Públicas 55
1.3.1.1 Despesas Orçamentárias e Extraorçamentárias 55
1.3.1.2 Despesas Ordinárias e Extraordinárias 56
1.3.1.3 Despesas Correntes e Despesas de Capital 56

1.3.1.4 Despesas Produtivas, Reprodutivas e Improdutivas 57
1.3.2 Processamento das Despesas Públicas 57
1.3.3 Precatórios Judiciais 58
1.3.3.1 Sentença e Fazenda Pública 60
1.3.3.2 Exceção ao Sistema do Precatório 62
1.3.3.3 Renúncia ao Valor Excedente 66
1.4 Principais Aspectos sobre o Orçamento Público 69
1.4.1 Plano Plurianual 69
1.4.2 Lei de Diretrizes Orçamentárias 71
1.4.3 Lei Orçamentária Anual 72
1.4.4 Evolução Constitucional 75
1.4.5 Tipos de Orçamento 76
1.4.6 Superávit e Déficit Financeiro 78
1.4.7 Conceito de Orçamento e sua Natureza Jurídica 78
1.4.8 Controle de Constitucionalidade da Lei Orçamentária 81
1.4.9 Elementos do Orçamento 92
1.4.10 Princípios Orçamentários 92
1.4.10.1 Anualidade Orçamentária 92
1.4.10.2 Unidade 93
1.4.10.3 Universalidade 93
1.4.10.4 Legalidade 93
1.4.10.5 Publicidade Orçamentária 94
1.4.10.6 Proibição de Estorno 94
1.4.10.7 Equilíbrio Orçamentário-Financeiro 94
1.4.10.8 Clareza ou Transparência 95
1.4.10.9 Exclusividade 96
1.4.10.10 Não afetação 97
1.4.10.11 Racionalidade 98
1.4.10.12 Continuidade 98
1.4.10.13 Aderência 99
1.4.10.14 Especificação ou Discriminação ou Especialização 99
1.4.10.15 Exatidão 99
1.4.10.16 Programação 100
1.4.10.17 Orçamento Bruto 100
1.4.11 Ciclo Orçamentário 100

STJ00108602

1.4.12 Controle Orçamentário – Tribunal de Contas e Vedações Constitucionais . . . 101
1.4.12.1 Origem dos Tribunais de Contas . . . 101
1.4.12.2 Controle Orçamentário e Fiscalização . . . 101
1.4.12.3 Atribuições dos Tribunais de Contas . . . 103
1.4.12.4 Efeitos das Decisões dos Tribunais de Contas . . . 104
1.4.12.5 Vedações . . . 107
1.4.12.6 Operações de Crédito por Antecipação de Receita . . . 108
1.4.12.7 Garantia e Contragarantia . . . 109
1.4.13 Créditos Orçamentários Adicionais . . . 109
1.5 Principais Aspectos sobre o Crédito Público . . . 112
1.5.1 Conceito e Natureza Jurídica . . . 112
1.5.2 A Dívida Pública Brasileira e Títulos da Dívida Pública . . . 113
1.5.3 Classificação . . . 116
1.5.3.1 Compulsório ou Voluntário . . . 116
1.5.3.2 Perpétuo ou Temporário . . . 118
1.5.3.3 Flutuante e Fundado . . . 118
1.6 Responsabilidade Fiscal . . . 119
1.6.1 Introdução . . . 119
1.6.2 Objetivos . . . 119
1.6.3 Pilares da Lei de Responsabilidade Fiscal . . . 120
1.6.4 Destinatários da LRF . . . 121
1.6.5 Limitação de Despesas . . . 122
A. Com Pessoal . . . 123
B. Restrição de Final de Mandato . . . 123
C. Despesas de Caráter Continuado . . . 124
1.6.6 Reserva de Contingência . . . 124
1.6.7 Despesa Adequada, Compatível e Irrelevante . . . 125
1.6.8 Sanções em Caso de Desrespeito à LRF . . . 126
1.6.9 Restos a Pagar . . . 126
1.6.10 Relatório Resumido da Execução Orçamentária . . . 127
1.6.11 Operações de Crédito . . . 127
1.6.12 Limitação de Empenho . . . 127
1.7 Repartição Tributária de Receitas . . . 128
1.7.1 Classificação das Repartições Tributárias Constitucionais . . . 130

1.7.1.1 Transferências Diretas 130
I – Da União para os Estados e o Distrito Federal 130
II – Da União para os Municípios 131
III – Dos Estados para os Municípios 132
1.7.1.2 Transferências Indiretas 133

Capítulo 2 Fontes do Direito Tributário 137
2.1 Introdução 137
2.2 Conceito de Direito Tributário 138
2.3 Fontes do Direito Tributário 138
2.3.1 Distinção entre Lei e Legislação Tributária 139
2.3.2 Hierarquia entre Lei Federal, Estadual e Municipal 141
2.3.3 Norma Tributária em Sentido Estrito e em Sentido Amplo 141
2.3.4 Fontes Formais Principais 141
I – Constituição da República 142
II – Emendas Constitucionais 142
III – Lei Complementar 143
IV – Lei Ordinária 159
V – Medida Provisória 161
VI – Lei Delegada 169
VII – Decreto Legislativo 170
VIII – Resoluções 171
IX – Tratados Internacionais 173
X – Convênios 182
XI – Doutrina e Jurisprudência 188
XII – Decretos 189
2.3.5 Fontes Formais Secundárias 191

Capítulo 3 Hermenêutica do Direito Tributário 197
3.1 Legislação Tributária 197
3.2 Estrutura da Norma Tributária 198
3.3 Amplitude dos Institutos, Vigência, Aplicação, Interpretação e Integração da Norma 199
3.4 Vigência da Legislação Tributária 202

3.4.1 Vigência da Lei no Tempo ... 202
3.4.2 Vigência da Lei no Espaço ... 206
3.4.3 Vigência da Lei Brasileira no Exterior ... 207
3.5 Tributação Internacional ... 208
3.6 Aplicação da Legislação Tributária ... 208
3.7 Interpretação da Legislação Tributária ... 217
3.7.1 Diferença entre Interpretação, Integração e Correção ... 218
3.7.2 Métodos de Interpretação ... 218
3.7.3 Controvérsia entre a Definição e os Efeitos dos Institutos – arts. 109 e 110 do CTN ... 225
3.8 Integração da Legislação Tributária ... 232

Capítulo 4 Tributos em Espécie ... 239

4.1 Noções Gerais ... 239
4.2 Comentários ao Art. 3º do CTN ... 239
4.3 Classificação dos Tributos ... 245
4.3.1 Vinculado e Não Vinculado ... 245
4.3.2 Fiscais, Extrafiscais e Parafiscais ... 246
4.3.3 Federais, Estaduais e Municipais ... 248
4.4 Espécies de Tributos ... 248
4.4.1 Imposto ... 251
4.4.1.1 Inconstitucionalidade por Arrastamento ... 252
4.4.1.2 Classificação dos Impostos ... 254
I – Diretos ou Indiretos ... 255
II – Pessoal ou Real ... 257
III – Progressivos, Regressivos, Fixos e Proporcionais ... 259
IV – Ordinário e Extraordinário ... 260
V – Principal e Adicional ... 261
VI – Monofásico e Plurifásico ... 261
VII – Não Cumulativo e Cumulativo ... 261
VIII – Quanto à Base Econômica de Incidência ... 262
4.4.2 Taxas ... 262
4.4.2.1 Noções Gerais ... 262
4.4.2.2 Competência para a Instituição das Taxas ... 263
4.4.2.3 Distinção quanto à Base de Cálculo dos Impostos e Taxas ... 263

4.4.2.4 Modalidade de Lançamento das Taxas 265
4.4.2.5 Finalidade das Taxas e a Justiça Retributiva 265
4.4.2.6 Fato Gerador das Taxas 266
I – Em Relação ao Serviço Público 267
A. A Caracterização do Serviço Público Essencial 267
B. Serviço Específico e Divisível 268
C. Efetivo ou Potencial 269
II – Poder de Polícia 270
A. Custas e Emolumentos 281
B. Serventias Extrajudiciais e Atividade Notarial 282
C. Coleta de Lixo 284
D. Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental 284
E. Telefonia e TV a Cabo 285
F. Selo de Controle de IPI 286
G. Taxas de Matrículas em Universidades Públicas 286
H. Serviços dos Correios 287
I. Segurança Pública 289
J. Iluminação Pública 289
K. Pavimentação Asfáltica 289
L. Taxa de Conservação de Vias Públicas 290
M. Taxa de Fiscalização de Anúncios e Taxa de Controle de Serviços Públicos Delegados 290
N. Taxa de Utilização de Subsolo para Transporte Ferroviário 290
O. Bases de Cálculo das Taxas devem ter Relação Direta com o Custo do Serviço ou do Poder de Polícia Gerador da Cobrança 291
4.4.3 Contribuição de Melhoria 292
4.4.3.1 Origem Histórica 292
4.4.3.2 Competência para a Instituição da Contribuição de Melhoria 292
4.4.3.3 Sujeito Passivo 293
4.4.3.4 Fato Gerador 297
4.4.3.5 Base de Cálculo e Limites 299
4.4.3.6 Requisitos Mínimos 301
4.4.3.7 Finalidade da Contribuição de Melhoria e a Justiça Retributiva 304
4.4.3.8 Contribuição de Melhoria e Reserva Legal 304
4.4.3.9 Contribuição de Melhoria: Imunidade e Isenção 304

STJ00108602

4.4.4 Empréstimos Compulsórios 305
4.4.4.1 Noções Gerais 305
4.4.4.2 Empréstimo Compulsório e Reserva de Lei Complementar . 306
4.4.4.3 Causas de Legitimação *Mediata* e *Imediata* do Empréstimo Compulsório e Fato Gerador 307
4.4.4.4 Sujeito Passivo 310
4.4.4.5 Discussão quanto à Natureza Jurídica 310
4.4.4.6 Âmbito de Incidência – Territorialidade 312
4.4.4.7 Restituição do Empréstimo Compulsório 312
4.4.5 Contribuições Especiais 313
4.4.5.1 Técnicas de Validação das Contribuições Especiais 316
4.4.5.2 Parafiscalidade e Extrafiscalidade nas Contribuições 317
4.4.5.3 Finalidades das Contribuições 318
4.4.5.4 A Referibilidade das Contribuições 319
4.4.5.5 O Fato Gerador das Contribuições 320
4.4.5.6 Competência para Instituição das Contribuições 321
4.4.5.7 Competência dos Estados para Instituir Contribuições Sociais 322
4.4.5.8 Espécies de Contribuições 322
I – Contribuições para as Categorias Profissionais ou Econômicas (Corporativas) 323
II – Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico 327
III – Contribuição de Iluminação Pública – Art. 149-A da CRFB 329
IV – Contribuições Sociais (em Sentido Estrito) 330

Capítulo 5 Sistema Tributário Nacional 345
5.1 Sistema Tributário Nacional 345
5.2 Evolução Constitucional 350
5.3 Globalização 355
5.4 Reforma Tributária 356
5.5 Direitos Humanos e Tributação 359

Capítulo 6 Competência Tributária 361
6.1 Conceito 361
6.2 O Exercício da Competência Tributária – Faculdade ou Dever 362
6.3 A Expressão Competência Legislativa Plena 364
6.4 Repartição de Receita e Competência 365

STJ00108602

6.5 Competência Positiva e Competência Negativa 368
6.6 Competência e Emenda Constitucional 369
6.7 Lei Complementar – Conflito de Competência e Competência Concorrente 370
6.8 Reserva de Competência e Benefício Fiscal 372
6.9 Competência e Capacidade Tributária 372
6.10 Princípios Inerentes à Competência Tributária 376
6.11 Classificação da Competência Tributária 377

Capítulo 7 Limitações Constitucionais ao Poder de Tributar 381
7.1 Introdução 381
7.2 Limites ou Limitações 382
7.3 Natureza Jurídica 382
7.4 Imunidades e Princípios 383
7.5 Aspectos da Não Incidência Tributária 386
7.5.1 Isenção 387
7.5.2 Alíquota Zero 387
7.5.3 Imunidades 388
7.5.4 Diferimento 389
7.6 Principais Aspectos sobre as Imunidades 390
7.6.1 Histórico 391
7.6.2 Classificação das Imunidades 392
7.6.2.1 Subjetivas e Objetivas 393
7.6.2.2 Expressas e Implícitas 393
7.6.2.3 Incondicionais e Condicionais 393
7.6.2.4 Genéricas e Específicas 394
7.6.2.5 Imunidade e Isenção 395
7.6.3 Análise das Imunidades Genéricas 396
7.6.3.1 Imunidade Recíproca (CF, art. 150, VI, *a*) 396
7.6.3.1.1 Alcance Tributário da Imunidade Recíproca 397
7.6.3.1.2 Posição do Ente Federativo como Contribuinte de Fato e de Direito 399
7.6.3.1.3 Imunidade e Locação 400
7.6.3.1.4 Autarquia, Fundação, Empresa Pública e Sociedade de Economia Mista 401
I – IPTU: Imunidade Tributária Recíproca e Cessão de Uso de Bem Público 405
II – Imunidade Tributária Recíproca: Sociedade de Economia Mista e Serviços de Saúde 405
III – Imunidade Tributária Recíproca reconhecida à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos alcança o IPTU Incidente sobre Imóveis de sua Propriedade, bem assim os por ela utilizados 407

STJ00108602

IV – Município não pode cobrar IPTU de Estado Estrangeiro, embora possa cobrar Taxa de Coleta Domiciliar de Lixo 408
V – Imunidade recíproca da Casa da Moeda do Brasil 409
7.6.3.1.5 Serviços Notariais 409
7.6.3.1.6 Taxa Judiciária e Custas Processuais 410
7.6.3.1.7 Outros Julgados Importantes sobre o Tema 411
7.6.3.2 Imunidade dos Templos de Qualquer Culto 413
7.6.3.3 Imunidade dos Partidos Políticos, Entidades Sindicais dos Trabalhadores, Instituições de Educação e Assistência Social 421
7.6.3.3.1 Imunidade Tributária e Atividades de Lazer 426
7.6.3.3.2 Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos e Gratuidade 427
7.6.3.3.3 Imunidade Tributária e Entidade Beneficente 428
7.6.3.3.4 Imunidade das Entidades Fechadas de Previdência Social Privada 429
7.6.3.4 Imunidade dos Livros, Jornais e Periódicos e o Papel Destinado à sua Impressão 430
7.6.3.5 Imunidade dos Fonogramas e Videofonogramas Musicais . . 434
7.6.4 Princípios Constitucionais Tributários 435
7.6.4.1 Princípios Relacionados ao Valor Segurança Jurídica 436
a) Princípio da Legalidade Tributária 436
a.1) Princípio da Legalidade, da Tipicidade, da Reserva Legal, do Primado da Lei e da Superlegalidade 437
a.2) Legalidade e Medida Provisória 440
a.3) Legalidade: Obrigação Principal e Acessória 440
a.4) Exceções à Exigência de Lei Formal 441
a.4.1) Art. 153, § 1º, da CRFB 441
a.4.2) Art. 177, § 4º, I, *b*, da CRFB 442
a.4.3) Art. 97, § 2º, do CTN 442
a.4.4) Art. 155, § 2º, XII, *g*, da CRFB quanto ao Convênio do ICMS 442
a.4.5) Art. 155, § 4º, IV, *c*, da CRFB 443
a.5) Legalidade e Prazo para Pagamento de Tributo 443
b) Princípio da Anterioridade Tributária 444
b.1) Conceito e Características 444
b.2) Distinção entre Anterioridade Tributária × Anualidade Tributária × Anualidade Orçamentária 447

c) Princípio da Irretroatividade Tributária 448
c.1) Irretroatividade e Imposto de Renda – Análise da Súmula 584 do STF 449
c.2) Irretroatividade e Nova Interpretação da Lei 452
7.6.4.2 Princípios Relacionados ao Valor Justiça da Tributação 452
a) Princípio da Isonomia ou Igualdade Tributária 452
a.1) Destinatário do Princípio da Isonomia 454
a.1.1) Proibição de Privilégios Odiosos, do Latim *Privilegium Odiosum* 454
a.1.2) Proibição de Discriminação Fiscal 455
a.2) Privilégios Odiosos e a Inconstitucionalidade Imperfeita 456
a.3) O Princípio do *Non Olet* e a Isonomia 458
b) Capacidade Contributiva 459
b.1) Capacidade Econômica 459
b.2) Natureza Jurídica da Capacidade Contributiva 459
b.3) Comentários sobre o Art. 145 do CTN 460
b.4) Subprincípios da Capacidade Contributiva 464
b.4.1) Progressividade 464
b.4.2) Proporcionalidade 467
b.4.3) Seletividade 467
b.4.4) Personalização 467
b.4.5) Universalização 468
c) Princípio do Não Confisco 468
c.1) Confronto entre Confisco e Multa 470
d) Dignidade da Pessoa Humana 470
7.6.4.3 Princípios Relacionados ao Valor Liberdade Jurídica 473
a) Princípio da Não Limitação ao Tráfego 473
b) Princípio da Vedação da Diferença Tributária em Razão da Procedência ou Destino 474
c) Princípio da Transparência Fiscal 475
7.6.4.4 Outros Princípios Tributários 476
a) Não Cumulatividade 476
b) Não Intervenção nos Tributos dos Estados e dos Municípios 478
c) Generalidade e Universalidade 479
d) Não Tributação Mais Onerosa sobre a Renda 479
e) Autonomia dos Entes Federativos 479
f) Neutralidade Tributária 479
7.6.4.5 Princípios Tributários Implícitos 480

STJ00108602

Capítulo 8 Obrigação Tributária 481
8.1 Breves Considerações 481
8.2 Fato Gerador 482
8.2.1 Nomenclatura 483
8.2.2 Classificação do Fato Gerador 487
8.2.2.1 Simples e Complexo 487
8.2.2.2 Instantâneo e Complexivo 488
8.2.2.3 Condicional e Incondicional 489
8.2.2.4 Causal e Formal 490
8.2.2.5 Típico e Complementar 491
8.2.2.6 Genérico e Específico 491
8.2.3 Elementos do Fato Gerador Integral 491
8.3 Relação Jurídica Tributária 493
8.3.1 Natureza Jurídica da Relação Jurídico-Tributária 494
8.4 Tributo e Penalidade 495
8.5 Obrigação Tributária 497
8.5.1 Aspectos da Obrigação no Direito Civil e no Direito Tributário 497
8.5.2 Espécies 500
8.5.2.1 Obrigação Principal 500
8.5.2.2 Obrigação Acessória 501
8.5.3 Diferença entre Obrigação e Responsabilidade 502
8.6 Distinção entre Elisão, Evasão e Elusão Fiscal 503
8.6.1 Elisão Fiscal 503
8.6.2 Evasão Fiscal 503
8.6.3 Elusão Fiscal 503
8.6.3.1 Abuso de Forma × Simulação × Abuso do Direito 504
8.6.3.2 Norma Antielisiva 505
8.7 Solidariedade Tributária 507
8.7.1 Benefício de Ordem 509
8.7.2 Efeitos da Solidariedade 509
8.8 Capacidade Tributária Passiva 510
8.9 Domicílio Tributário 512

Capítulo 9 Responsabilidade Tributária 517
9.1 Persecução Tributária 517
9.2 Finalidades da Responsabilidade Tributária 518
9.3 Elementos Subjetivos da Obrigação Tributária 519

9.3.1 Sujeito Ativo 519
9.3.1.1 Sujeito Ativo Direto 520
9.3.1.2 Sujeito Ativo Indireto 520
9.3.2 Sujeito Passivo 521
9.4 Responsabilidade Tributária 524
9.4.1 Responsabilidade por Substituição 525
9.4.1.1 Responsabilidade por Substituição: Legitimidade, Imunidade e Isenção 526
9.4.1.2 Modalidades de Substituição 527
A. Substituição Tributária para Trás 527
B. Substituição Tributária para Frente 531
b.1) Substituição para Frente × Pagamento Antecipado 533
b.2) Análise da Constitucionalidade da Substituição para Frente 533
b.3) Repetição de Indébito na Substituição Tributária para Frente 534
b.4) Repetição de Indébito de Tributo Indireto 538
b.5) Retenção na Fonte 538
b.6) Súmulas sobre o Tema 541
9.4.2 Responsabilidade por Transferência 541
9.4.2.1 Distinção entre Substituição e Transferência 542
9.4.2.2 Modalidades de Responsabilidade por Transferência 543
A. Responsabilidade por Imputação Legal ou de Terceiros 543
a.1) Análise do Art. 134 do CTN 544
a.2) Impossibilidade de Exigência do Cumprimento da Obrigação Tributária Principal por Parte do Contribuinte 549
a.3) Vínculo entre o Comportamento do Responsável e o Fato Gerador 550
a.4) Responsabilidade do Sócio que se Retirou da Sociedade 551
a.5) Análise do Art. 135 do CTN 553
a.6) Responsabilidade Pessoal: Objetiva × Subjetiva 553
a.7) Aspectos do Direito Empresarial 555
a.8) Natureza Jurídica da Responsabilidade do Art. 135 do CTN 555
a.9) Obrigatoriedade do Nome do Responsável na CDA 557
a.10) Comentários à Expressão "Infração à Lei" 561
a.11) Empresas Individuais de Responsabilidade Limitada – EIRELI 566
a.12) Resumo 567

I – Da Sociedade 567
II – Do Sócio-Gerente, Diretor ou Administrador ou Equivalente 568
III – Dos Demais Sócios que Não exercem a Administração da Sociedade 572
B. Responsabilidade por Infração 577
b.1) Análise do Art. 136 do CTN 577
b.2) Análise do Art. 137 do CTN 578
b.3) Análise do Art. 138 do CTN 580
b.3.1) Denúncia Espontânea 580
b.3.2) Denúncia Espontânea e Obrigação Acessória 580
b.3.3) Denúncia Espontânea e Parcelamento 581
b.3.4) Denúncia Espontânea e Lançamento por Homologação 583
C. Responsabilidade por Sucessão 584
c.1) Sucessão Genérica e Específica 585
c.2) Classificação 585
c.2.1) Inter Vivos 586
c.2.1.1) Bens Imóveis 586
c.2.1.2) De Bens Móveis 588
c.2.2) Sucessão *Mortis Causa* 588
c.2.3) Sucessão Empresarial 590
c.2.3.1) Análise do Art. 132 do CTN 590
I – Fusão 591
II – Incorporação 591
III – Transformação 591
IV – Cisão 591
c.2.3.2) Análise do Art. 133 do CTN 593
I – Se o Adquirente Não explora a Mesma Atividade do Alienante 594
II – Se o Adquirente explora a Mesma Atividade do Alienante 595
c.2.3.3) Alterações da Lei Complementar n. 118/2005 597
c.2.3.4) A Aplicação das Multas no Caso da Sucessão 599
c.2.3.5) Multa "Punitiva", Isolada ou de Ofício 599
c.2.3.6) Multa Moratória 600
c.2.3.7) Juros de Mora 601
9.5 Súmulas Importantes do STJ 602

STJ00108602

Capítulo 10 Crédito Tributário ---------- 605
10.1 Teoria Dualista e Monista 605
10.2 Lançamento 606
10.2.1 Conceito 606
10.2.2 Competência para Efetuar o Lançamento 609
10.2.3 Natureza Jurídica (Teoria Declarativista e Constitutivista) e Legislação Aplicável ao Lançamento 611
10.2.4 Características e Funções do Lançamento 613
10.2.5 Lançamento e Utilização de Câmbio 614
10.2.6 A Revisão do Lançamento e Princípios Inerentes 614
I – Princípio da Inalterabilidade 615
II – Princípio da Irrevisibilidade 618
III – Princípio da Irretroatividade 620
10.2.7 Efeitos do Lançamento 622
10.2.8 Modalidades de Lançamento 623
A. Lançamento Direto ou de Ofício 623
B. Lançamento por Declaração ou Misto 626
C. Lançamento por Homologação 629
D. Lançamento por Arbitramento 633
10.3 Crédito Tributário 635
10.3.1 Conceito 635
10.3.2 Espécies de Créditos 636
10.4 Suspensão da Exigibilidade do Crédito Tributário 639
10.4.1 Introdução 639
10.4.2 Efeitos da Suspensão da Exigibilidade 640
10.4.3 Alcance da Expressão "Suspensão da Exigibilidade do Crédito" . . 641
10.4.4 Possibilidade de Suspensão antes do Lançamento 641
10.4.5 Taxatividade do Art. 151 do CTN 644
10.4.6 Modalidades 645
10.4.6.1 Moratória 661
10.4.6.1.1 Espécies de Moratória 645
10.4.6.1.2 Moratória e Direito Adquirido 648
10.4.6.1.3 Requisitos e Condições 649
10.4.6.1.4 Alcance da Moratória 650
10.4.6.1.5 Moratória × Parcelamento 651

STJ00108602

10.4.6.2 Depósito do Montante Integral 652
10.4.6.2.1 Depósito e Conversão em Renda 655
10.4.6.2.2 Diferença entre Depósito do Montante Integral e Consignação em Pagamento 658
10.4.6.2.3 Depósito do Montante Integral e Ação Anulatória de Débito Fiscal 659
10.4.6.3 Reclamações e Recursos Administrativos 660
10.4.6.3.1 Defesas Administrativas e Prescrição Intercorrente 662
10.4.6.3.2 Competência para Regulamentação de Normas sobre o PAF 666
10.4.6.3.3 Constitucionalidade do Depósito Recursal e do Arrolamento Administrativo 666
10.4.6.4 Concessão de Medida Liminar em Mandado de Segurança 669
10.4.6.4.1 A Discussão quanto ao Mandado de Segurança contra a Lei em Tese 671
10.4.6.4.2 Efeitos da Cassação da Liminar 675
10.4.6.5 Concessão de Tutela Antecipada em Outras Ações Judiciais 676
10.4.6.5.1 A Exigência de Caução ou Depósito para a Concessão da Tutela Antecipada 676
10.4.6.5.2 Oferecimento de Bens em Caução e Suspensão da Exigibilidade 679
10.4.6.5.3 Possibilidade de Concessão de Tutela Antecipada antes da Contestação 681
10.4.6.5.4 Comentários ao Art. 170-A do CTN 681
10.4.6.6 Parcelamento 683
10.4.6.6.1 Parcelamento e Denúncia Espontânea 687
10.4.6.6.2 Compensação e Denúncia Espontânea 690
10.5 Modalidades de Extinção do Crédito Tributário 691
10.5.1 Pagamento 693
10.5.2 Compensação 699
10.5.3 Transação 706
10.5.4 Remissão 707
10.5.5 Prescrição e Decadência 709
A. Decadência 711
B. Prescrição 718
I – Pelo Despacho do Juiz que ordenar a Citação 719
II – Pelo Protesto Judicial 719

STJ00108602

III – Por Qualquer Ato Judicial que constitua em Mora o Devedor 720
IV – Por Qualquer Ato Inequívoco, ainda que Extrajudicial, que importe Reconhecimento do Débito pelo Devedor 720
10.5.6 Conversão do Depósito em Renda 723
10.5.7 Pagamento Antecipado e Homologação do Lançamento 725
10.5.8 Consignação em Pagamento 726
10.5.9 Decisão Administrativa Irreformável 732
10.5.10 Decisão Judicial Passada em Julgado 734
10.5.11 Dação em Pagamento de Bens Imóveis 734
10.6 Modalidades de Exclusão do Crédito Tributário 736
10.6.1 Anistia 738
10.6.1.1 Não Cabimento da Anistia 738
10.6.1.2 Classificação 739
10.6.1.3 Anistia e Direito Adquirido 740
10.6.1.4 Distinção entre Remissão e Anistia 740
10.6.2 Isenção 741
10.6.2.1 Natureza Jurídica 742
10.6.2.2 Previsão em Lei 742
10.6.2.3 Tributos que Alcança 743
10.6.2.4 Classificação das Isenções 744
10.6.2.5 Revogação da Isenção 746
10.6.2.6 Isenção e Obrigações Acessórias 749
10.6.2.7 Ministério Público e Legitimação para Questionar Benefícios Fiscais 749

Capítulo 11 Garantias e Privilégios do Crédito Tributário 753
11.1 Breves Considerações 753
11.2 Garantias × Privilégios 754
11.3 Universalidade dos Bens e Impenhorabilidade 755
11.3.1 Penhora 757
11.3.2 Bem de Família e a Regra da Impenhorabilidade 758
11.3.3 A Ordem da Penhora Estabelecida no Art. 11 da LEF 760
11.3.4 Da Importância da Intimação da Penhora 761
11.4 Presunção de Fraude 762

STJ00108602

11.4.1 Momento de Caracterização da Presunção de Fraude 762
11.4.2 Presunção Relativa × Presunção Absoluta 763
11.4.3 Fraude contra Credores × Fraude à Execução 763
11.5 Penhora *On-Line* 764
11.6 Análise do Art. 186 do CTN 767
11.6.1 Multas 768
11.6.2 Cessão de Créditos 770
11.7 Concurso de Preferências 770
11.7.1 Constitucionalidade do Art. 187 do CTN 771
11.7.2 Execução Fiscal e Falência 773
11.7.3 Interesse da Fazenda Pública para Requerer a Falência do Devedor 774
11.8 Crédito Extraconcursal 775
11.9 Preferências dos Arts. 189 e 190 do CTN 776
11.9.1 Art. 189 do CTN 776
11.9.2 Art. 190 do CTN 776
11.10 Exigência da Prova de Quitação de Tributos 777
11.10.1 Para Extinção das Obrigações do Falido 777
11.10.2 Para a Concessão da Recuperação Judicial 778
11.10.3 Para Julgamento de Partilha ou Adjudicação 779
11.11 Exigência de Certidão e Contratação com o Poder Público 780

Capítulo 12 Administração Tributária: Fiscalização, Dívida Ativa e Certidão 783

12.1 Conceito 783
12.2 A Administração e o Princípio da Legalidade 784
12.3 Fiscalização 786
12.3.1 Sigilo Comercial 787
12.3.2 Dever de Informar e Sigilo Profissional 790
12.3.3 Sigilo Fiscal 792
12.3.4 Sigilo Bancário 794
12.3.4.1 Histórico do Sigilo Bancário no Brasil 795
12.3.4.2 O Sigilo Bancário e o Inventário Extrajudicial 800
12.3.5 Auxílio da Força Policial 801

STJ00108602

12.3.6 Responsabilidade Pessoal do Agente Público 801
12.4 Dívida Ativa 802
12.4.1 Conceito 802
12.4.2 Créditos Tributários e não Tributários 803
12.4.3 A Inscrição em Dívida Ativa 804
12.4.3.1 Definição 804
12.4.3.2 Termo de Inscrição 805
12.4.3.3 Análise da Expressão "Regular Inscrição" 808
12.4.3.4 Presunção Relativa 809
12.4.4 Protesto da Certidão de Dívida Ativa 811
12.4.5 Averbação Pré-executória 813
12.5 Suspensão da Prescrição 814
12.6 Certidão de Débito Fiscal 815
12.6.1 Efeitos da Certidão 816
12.6.2 Dispensa da Certidão 817
12.6.3 Certidão Expedida com Dolo ou Fraude 818
12.7 Substituição da CDA 818

Referências Bibliográficas **821**